

A ONTOLOGIA DO TRABALHO: O PARADIGMA NEOLIBERAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

FÁTIMA MARIA NOBRE LOPES
ADAUTO LOPES DA SILVA FILHO

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

RESUMO: Tomando como premissa a instauração da vida social dos homens, Marx (1980) assinala duas dimensões ontológicas do trabalho: a positiva, como base constitutiva e necessária da vida social dos homens; e a negativa, como contingente e superável posto que se refere à sua dimensão alienada, estranhada, sob a forma de fetichismo da mercadoria, e que se espalha por todos os complexos sociais, inclusive na educação escolar. Essas considerações de Marx (1980), depois retomadas por Lukács (1981), podem ser constatadas na atualidade, e mais ainda diante das reformas neoliberais vinculadas ao processo de globalização. Partindo dessas considerações, este artigo objetiva delinear a ontologia do trabalho nessa dupla dimensão, destacando que o paradigma neoliberal tem suas consequências não somente no processo do trabalho, mas, também, na educação escolar cuja finalidade passa a ser a formação do trabalhador para a economia de mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Ontologia. Trabalho. Neoliberalismo. Educação Escolar.

INTRODUÇÃO

As mudanças econômicas e sociais nas últimas décadas têm repercutido fortemente em todas as expressões da vida humana, inclusive na educação. O cenário neoliberal oriundo dos avanços tecnológicos, em sua fase de globalização, tem gerado transformações consideráveis no mundo do trabalho, caracterizadas pela polivalência e flexibilização neste setor, proporcionando cada vez mais a extração do lucro, do consumo, da competição. Tudo isso potencializa, em sua essência, a exploração do trabalhador pelos setores dominantes, até mesmo no âmbito do trabalho não material no qual se situa a educação escolar, recaindo no trabalho do docente e na formação do trabalhador.

Desta forma, o sistema capitalista no seu processo de globalização, amparado pela ideologia neoliberal, tem levado a vida humana a um colapso tão intenso que as pessoas se reificam em suas relações sociais¹. Diante dessa situação, o advento de uma individualidade autêntica do homem, que outrora fora advogada pela ideologia liberal e agora ofuscada pela ideologia neoliberal, revela-se impotente e plagiada. Daí a necessidade de se compreender, em sua essência, a processualidade da vida social dos homens cuja pedra angular consiste na tematização da ontologia do trabalho que foi notavelmente delineada por Karl Marx e depois por vários outros pensadores, incluindo o filósofo húngaro György Lukács.

Atualmente, alguns pensadores como Offe (1989), Schaff (1990), Kurz (1992) e outros tendem a advogar teses sobre a descentralidade do trabalho na vida social dos homens². Mas há a necessidade de uma maior compreensão dessa questão.

A ontologia do trabalho, apesar de ter se tornado uma discussão aparentemente muito conhecida no meio acadêmico, ainda possui muitas incompreensões, principalmente quando se fala da sua superação. Qual superação? Para Marx (1980), não se pode superar o trabalho em si, enquanto criador de valor de uso para atender as necessidades humanas, o que se pode e deve superar é a sua forma alienada que se manifesta no sistema capitalista como criador de valor de troca. Podemos distinguir duas dimensões ontológicas do trabalho no modo de produção capitalista: uma *positiva*, como base constitutiva e necessária da vida social dos homens; e outra *negativa*, como contingente e superável posto que se trata de uma dimensão alienada (estranhada), desembocando principalmente no fetichismo da mercadoria e na reificação das relações humanas. Na atualidade, essa dimensão alienada é intensificada e amparada pelo neoliberalismo vinculado ao processo de globalização. Disso decorre que a educação escolar passa a ser moldada pelas leis do mercado, tornando-se instrumento de formação de trabalhadores que atendam às necessidades do mercado capitalista, neoliberal e global.

Partindo dessas considerações, este artigo objetiva delinear a ontologia do trabalho na sua dupla dimensão demonstrada por Marx (1980), evidenciando que a sua dimensão negativa emerge sob a forma de fetichismo de mercadoria, sendo uma das chaves para a compreensão da ideologia neoliberal e que, por sua vez, exerce uma forte influência na educação escolar, incidindo inclusive na atividade docente.

A DIMENSÃO POSITIVA DO TRABALHO: BASE CONSTITUTIVA DA VIDA SOCIAL DOS HOMENS

Não se pode negar a posição de Marx, em suas diversas obras, mas em destaque *O Capital* (1980) e os *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* (1983), acerca da constituição social da vida humana. Para ele, o homem é um ser objetivo que transforma a natureza por meio do trabalho. Nessa transformação, ele se autogera e se autodetermina como ser livre. O trabalho, nesse aspecto, é o processo fundante do devir humano, é o modelo de toda práxis social e a base da vida social dos homens.

Nesse sentido, Marx (1980) se refere ao trabalho como criador de *valores de uso*, tendo como finalidade suprir as necessidades humanas, o que resulta na transformação do mundo natural num mundo humano, histórico-social. Trata-se, pois, do processo que se desenrola entre o homem e a natureza, e os homens entre si, modificando a sua própria natureza. É essa atividade do homem que o torna um ser que pertence a uma espécie (ser social), e isso independente de qualquer forma social determinada, sendo, portanto, válida para todas as épocas, como afirma o próprio Marx (1980) ao falar do modo de produção capitalista:

A produção de valores de uso ou bens não modifica a sua própria natureza geral, pelo fato de se realizar para o capitalista e sob o seu controle. Portanto, o processo de trabalho deve ser considerado, num primeiro momento, independente de qualquer forma social

determinada [...]. Antes de tudo, o trabalho é um processo que se desenrola entre o homem e a natureza, no qual o homem, por meio da própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]. Atuando mediante tal movimento sobre a natureza externa e modificando-a, ele modifica a sua própria natureza (MARX, 1980, p. 211-212).

Marx (1980) se refere ao trabalho enquanto atividade de autoconstrução do homem, quer dizer, trata-se do trabalho em sua dimensão ontológica positiva, como possibilidade do desenvolvimento humano. Nele se constitui, pois, a passagem do ser meramente biológico ao ser social. Lukács (1981) também compartilha com essa ideia ao afirmar que a essência do trabalho consiste precisamente em ir além da fixação dos seres vivos na competição biológica com o seu meio ambiente. Em sua obra *Ontologia do Ser Social*, esse autor considera que o trabalho é o ponto central de análise para se entender, em termos ontológicos, as categorias específicas do ser social, inclusive para se entender o salto qualitativo das espécies inferiores às superiores. Daí porque, para entendermos o ser social e tudo o que é novo nele, é metodologicamente vantajoso começar com a análise do trabalho, uma vez que ele é considerado “o fenômeno originário, a protoforma do ser social” (LUKÁCS, 1981, p. 14).

O tornar-se social, via trabalho, significa a superação, melhor dizendo, o recuo da barreira natural que se dá em nível objetivo e ao mesmo tempo subjetivo. Nesse sentido, Manfredo Oliveira (1983, p. 250-251) afirma: “para Marx, nem a natureza objetiva nem a natureza subjetiva são imediatamente adequadas ao homem. Elas só se tornam tais pela mediação de sua práxis: a práxis do próprio homem é a fonte de sua humanização.”. Assim, pode-se evidenciar a relação do homem com a natureza; os polos subjetivo e objetivo que constituem o processo de objetivação do homem (o homem tornando-se ser social) ao qual corresponde o processo de subjetivação da natureza (a natureza humanizada). Nessa relação, nenhum dos polos é posto como um dado a priori: sujeito (homem) e objeto (natureza) se relacionam reciprocamente no processo de autoconstituição do homem. Percebe-se, então, o indissolúvel entrelaçamento dos polos subjetivo e objetivo, sem o qual não poderíamos falar de sociabilidade, de processo de hominização.

Os produtos resultantes do trabalho humano são a marca da subjetividade. Daí porque é preciso superar a ideia segundo a qual Marx teria caído num objetivismo. Ao contrário, o processo de objetivação do trabalho só é possível mediante a teleologia (ideação) do homem³. Uma mesa, por exemplo, ganha a sua forma mediante o trabalho; tal forma só surge a partir de uma prévia ideação, que é a articulação do subjetivo (homem) com o objetivo (natureza). Dessa articulação, surge a produção do novo, proporcionando a mudança tanto da consciência como do objeto.

Marx procura mostrar em sua obra juvenil, *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, e também em *O Capital*, obra de maturidade, que o trabalho humano é um ato de pôr consciente – diferentemente do animal que é apenas instintiva – vinculando, assim, o pôr teleológico (finalidade) ao trabalho humano. Com isso, o autor refuta a ideia de uma teleologia natural; o trabalho humano é o único lugar onde se origina o pôr teleológico. É claro que existe uma causalidade natural – a própria natureza –, mas a finalidade é do homem, pois a natureza sozinha jamais se transformaria em objetos (mesa, cadeiras, livros etc.). A teleologia, portanto, é posta pelo homem que, por meio do trabalho, transforma

uma causalidade espontânea, natural (a natureza) em causalidade posta, gerando a sociabilidade humana e os complexos sociais, incluindo a educação.

Nesse ato, a consciência opera o pôr teleológico ao mesmo tempo em que examina as condições de possibilidades – de realização dessa teleologia – ao nível das conexões causais. Portanto, para que o homem transforme a matéria natural em social, vale dizer, para que realize determinada finalidade, é necessário que ele tenha um conhecimento prévio das condições objetivas, da própria causalidade natural, dos seus limites, possibilidades etc. Ocorre aqui o processo de objetivação no trabalho, que é uma condição necessária para a realização da ideação humana, em que se faz presente a subordinação do homem à causalidade natural ou espontânea; trata-se da sua exteriorização (alienação no sentido positivo e necessário) que, em certos casos, torna-se estranhamento (alienação no sentido negativo e contingente).

Para explicitar melhor essa questão, é importante frisar que a subordinação da vontade à causalidade espontânea é necessária ao próprio processo de objetivação. Principalmente na sua obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, Marx (1983) trata da exteriorização do homem no processo de trabalho, ou seja, da alienação num sentido positivo, uma vez que, como já mencionamos, tem que haver uma subordinação da vontade do homem a uma causalidade espontânea, natural e, portanto, ao próprio modo de operar seu objetivo, e isso é tão lógico quanto necessário para que o processo se realize.

O processo de objetivação tem, em si, o seu momento intrínseco – *alienação necessária* –, que se refere à própria exteriorização do homem. Nesse sentido, essa exteriorização é a própria condição de possibilidade da objetivação. No entanto, existem barreiras para tal possibilidade – *alienação negativa* e contingente – e, nesse caso, a alienação se torna *estranhamento* que pode e deve ser suprimido para que o homem realize de forma efetiva a sua essência humana. Portanto, a alienação no seu sentido negativo (enquanto estranhamento) é um aspecto contingente do processo de objetivação/exteriorização. Ela não é uma condição natural e eterna do homem, ao contrário, ela é gerada e superada pelos próprios homens, assumindo formas diferentes nas diversas etapas históricas da humanidade.

No capitalismo, o estranhamento se manifesta, na sua gênese, sob a *forma do fetichismo da mercadoria* e na conseqüente reificação das relações humanas. Assim, tanto no âmbito das teleologias primárias (que ocorrem no ato do trabalho), como no âmbito das teleologias secundárias (que ocorrem nos complexos sociais que derivam do trabalho, por exemplo, na educação) o estranhamento incide na vida das pessoas e se manifesta nos diversos setores sociais, inclusive na educação escolar e no trabalho do docente.

Foi a partir do modo de produção capitalista que Marx pôde fazer tal análise. É nessa ótica que o autor põe em evidência a forma como se manifesta o trabalho e as relações humanas na produção capitalista. Sua preocupação não é elaborar uma teoria econômica, e sim verificar e analisar o ser social, demonstrando como se estabelecem as suas relações. Em *O Capital*, o autor afirma: “nesta obra devo pesquisar o modo de produção capitalista e as relações de produção e de troca que lhe correspondem” (MARX, 1980, p. 32), e, por conseguinte, “o objetivo a que se destina esta obra é o de desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (MARX, 1980, p. 33).

A partir daí, estudando e criticando as leis da economia política durante o século XIX, Marx (1980) revela como se dão as relações sociais decorrentes do processo de trabalho no sistema capitalista, sistema esse que transforma as relações sociais humanas em relações “sociais entre coisas”, já que nele os produtos do trabalho e o próprio trabalhador tornam-se mercadorias. Trata-se, assim, do fetichismo da mercadoria e da consequente reificação das relações humanas, cujo fundamento teórico consistiu na ideologia liberal burguesa, que agora se mantém e se intensifica com o paradigma neoliberal⁴.

A DIMENSÃO NEGATIVA DO TRABALHO SOB A FORMA DE FETICHISMO DA MERCADORIA: SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL

O trabalho em si, como criador de valores de uso, é uma necessidade indispensável à existência humana, à intercambialidade entre o homem e a natureza a fim de manter a sua vida-espécie. Mas o trabalho em geral é uma abstração, pois ele se manifesta sempre de uma determinada forma, de acordo com as condições históricas e sociais de produção.

No modo de produção capitalista, portanto, a estrutura das condições do trabalho se manifesta sob a forma alienada (estranhada), uma vez que os produtos da atividade humana “tornam-se um poder autônomo frente aos produtores” (MARX, 1980, p. 338). Isso ocorre porque o produto do trabalho e o próprio trabalhador se transformam em mercadoria, em *objeto de troca*, e só é socialmente válido enquanto tal. Nesse caso, não interessa saber a qualidade do trabalho e quem o produziu, mas apenas o tempo socialmente gasto para produzir a mercadoria a fim de trocá-la por outra, vale dizer, por dinheiro. Essa é a medida do valor na sociedade capitalista, pois, nesse sistema de produção, o valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário que, por sua vez, varia de acordo com as circunstâncias históricas e sociais da produtividade.

Pode-se perceber então um duplo caráter do trabalho representado na mercadoria: o *valor de uso*, relativo à dimensão do trabalho em geral, e o *valor de troca*, relativo à dimensão do trabalho estranhado que torna o trabalhador uma mercadoria como outra qualquer. Portanto, apesar de não perder a sua dimensão geral, enquanto criador de valor de uso – essa é sua especificidade *necessária* –, o trabalho no capitalismo predomina como valor de troca, perdendo as suas especificidades, tornando-se *igual* ou *abstrato*, pois, “para produzir mercadoria, faz-se mister produzir não só valor de uso, *mas valor de uso para outros, o valor de uso social*” (MARX, 1980, p. 73, grifo do autor). Nesse sentido, desaparece a peculiaridade do trabalho, fazendo com que ele assuma um duplo aspecto. Marx (1980) ressalta que esse é um ponto essencial para a compreensão da economia política:

[...] essa dupla natureza do trabalho contida na mercadoria foi demonstrada criticamente pela primeira vez por mim [...]. De um lado, todo trabalho é dispêndio de força de trabalho humano no sentido fisiológico, e em tal qualidade de trabalho humano igual ou humano abstrato ele se constitui valor das mercadorias. De outro lado, todo trabalho é dispêndio de força de trabalho humano em forma específica e definida por seu fim, e em tal qualidade de trabalho concreto útil ele produz valores de uso (MARX, 1980, p. 73).

No item precedente abordamos o trabalho em geral, como condição necessária do intercâmbio do homem com a natureza. Mas também mencionamos que o trabalho assume várias formas nos diversos tipos de sociedade. No sistema capitalista, ele se manifesta como trabalho abstrato, estranhado, ou seja, primordialmente como criador de valor de troca. Nesse caso, o trabalho concreto se torna abstrato, as relações sociais concretas se tornam abstratas, porque só importa ao capitalista o seu valor de troca e o consequente lucro que se extrai dele. Perdem-se, portanto, as especificidades do trabalho concreto e, como consequência, predomina o trabalho abstrato.

O resultado disso é que o produto do trabalho na forma social de mercadoria adquire um caráter misterioso, uma vez que as relações entre os homens no *processo de produção* são reificadas ao se manifestarem *sob a forma social de coisas*, por conseguinte, estas relações adquirem a forma material dos produtos do trabalho. Para Marx (1980), a mercadoria é uma coisa enganosa, cheia de sutilezas metafísicas e de caprichos teológicos. Como valor de uso, não há nada de misterioso nela, “mas logo que se apresenta como mercadoria [como valor de troca] se transforma em uma coisa sensivelmente suprassensível” (MARX, 1980, p. 105, acréscimo nosso). Daí decorre o mundo do *fetichismo da mercadoria*. Aquilo que assume para os homens a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas é apenas a relação social determinada que existe entre os próprios homens.

Na crença religiosa, os produtos do cérebro humano parecem figuras independentes, dotadas de vida própria, que estão em relação entre si e com os homens. Isso ocorre de maneira análoga no mundo das mercadorias, com os produtos da ação humana. “Chamo isto de *fetichismo* que sela os produtos do trabalho quando são produzidos como mercadorias e, que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias” (MARX, 1980, p. 105, grifo nosso). Nesse aspecto, o trabalho é *reificado*, pois o seu caráter social se expressa na *troca*, adquire a *forma-valor* (valor de troca), isto é, a forma de uma propriedade aderida às coisas e que parece pertencer às coisas em si. Portanto, somente no modo de produção capitalista as relações sociais no processo de trabalho e o trabalho socialmente necessário adquirem a forma valor de troca, o que leva à *reificação das relações humanas*.

Destacando essa questão, Marx (1980) afirma que em qualquer época o trabalho adquire uma forma social, mas na sociedade de produção capitalista as relações sociais entre os produtores, nas quais atuam aquelas determinações sociais dos seus trabalhos, assumem a forma de uma relação social dos produtos do trabalho. Daí porque a mercadoria é *misteriosa*, pois ela,

[...] como um espelho, restitui aos homens a imagem dos caracteres sociais do seu próprio trabalho, fazendo-os parecer como caracteres objetivos dos produtos daquele trabalho, como propriedades sociais naturais daquelas coisas, e, portanto, restitui também a imagem da relação social entre produtores e trabalho total, fazendo-a parecer uma relação social entre objetos, existente fora desses produtores. Através desse quiproquó os produtos do trabalho tornam-se mercadorias [...] como já demonstramos em análises precedentes, tal caráter fetichista do mundo das mercadorias decorre do caráter

social peculiar do trabalho que produz mercadorias (MARX, 1980, p. 104-105).

É assim que na sociedade capitalista as coisas – produtos do trabalho humano – adquirem as propriedades de valor, dinheiro, lucro, capital, salário etc., não por serem propriedades naturais, mas por causa das relações de produção. Portanto, o *valor das mercadorias* e seus componentes não são uma propriedade natural sua, mas ao contrário, um *produto social determinado pela necessidade de troca* entre os diversos valores de uso. Nessa questão que, especialmente, consiste a crítica de Marx (1980) aos economistas, por considerarem as categorias econômicas como dadas, como prontas, isto é, como características naturais que pertencem à própria coisa em si. Nesse viés, as leis internas do capitalismo parecem ter um poder autônomo e passam a dominar os homens como se fossem leis naturais e *onipotentes*, reduzindo-os à impotência, impondo-se a eles como uma cega necessidade. A consequência disso é que, no sistema capitalista, os meios para desenvolver a produção se convertem em meios para dominar e explorar o trabalhador: mutilam, degradam e aniquilam o seu trabalho, “transformam o período da sua vida em tempo de trabalho [...] sob o rolo compressor do capital” (MARX, 1980, p. 706).

O trabalhador – como proprietário de sua força de trabalho – só existe para o capitalista como mercadoria e não como ser humano. Assim, a liberdade do trabalhador defendida pela ideologia burguesa é escamoteada e a aparência de sua independência “é mantida pela mudança constante de padrões individuais e pela *ficção jurídica* do contrato” (MARX, 1983, p. 71, grifo do autor). O processo de produção capitalista constantemente impõe ao trabalhador a venda de sua força de trabalho e capacita os donos dos meios de produção para comprá-la. Sob essa forma aparente se fundam todas as ideias jurídicas do operário e do patrão, “todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as ilusões de liberdade, todos os embustes apologéticos da economia vulgar” (MARX, 1980, p. 590).

Podemos, aqui, fazer uma analogia com os embustes apologéticos da ideologia neoliberal, que defende a privatização dos direitos sociais, intensifica a exploração do trabalhador e ampara o processo de globalização do mercado, do dinheiro e da vida humana, tornando natural e universal os padrões de produção e de consumo da economia de mercado. Assim ocorre a difusão do neoliberalismo em todos os setores da vida social, inclusive na educação e na atividade docente.

AS NOVAS DETERMINIDADES DO NEOLIBERALISMO NO TRABALHO E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Sabemos que a ideologia liberal teve a sua gênese no limiar do século XVI com a expansão do mercado mundial e que se desenvolveu principalmente nos séculos XVII e XVIII com a defesa da liberdade individual, da igualdade e da justiça, cujo fundamento era o direito, a defesa e a segurança da propriedade. Nos seus primórdios, advogava-se o estabelecimento de um Estado autossuficiente, capaz de defender os interesses dos homens, independente de suas divergências religiosas ou de suas heranças. O Estado passou a ser a garantia dos direitos naturais: a vida, a liberdade, a propriedade.

Dando um salto na história, o neoliberalismo, que tem marcado as últimas décadas do século XX e o século XXI em curso, segundo Clovis Azevedo (2000, p. 25), “é o

velho liberalismo metamorfoseado". Mas não permaneceu no novo liberalismo o que havia de melhor no antigo sistema, pois, "o liberalismo clássico absorvia, ainda que de forma limitada, elementos éticos e humanísticos que hoje são rejeitados pelo neoliberalismo" (AZEVEDO, 2000, p. 25). O neoliberalismo identifica-se mais com o conservadorismo ao retirar os direitos sociais, diminuindo o poder do Estado (Estado Mínimo), e ao amparar o avanço da privatização intensificando a lógica truculenta da economia de mercado.

A intensificação do neoliberalismo vincula-se ao processo de globalização que molda e regula as estruturas econômicas, política e sociais dos países, principalmente dos menos favorecidos. Essa regulação recai em todos os setores sociais, incluindo o sistema educacional. Nesse caso, "as políticas educacionais [...] foram sendo pensadas e implementadas de acordo com a nova lógica mundializada do capital, ou seja, o atendimento irrestrito à lógica do mercado" (GOMES; DUARTE, 2019, p. 20). Portanto, toda a estrutura nacional é submetida às leis do mercado.

No caso da política educacional brasileira, ela segue a uniformização da política neoliberal por meio de Programas, Projetos, Avaliações e Diretrizes, todos dotados da ideologia neoliberal cuja direção é a formação de trabalhadores que atendam às necessidades do mercado capitalista. Comentando as posições de Torres-Arizmendi a esse respeito, Libâneo (2018, p. 47) destaca que "o neoliberalismo busca seus fundamentos nas teorias gerenciais da qualidade em que vigoram os princípios da eficiência, competitividade, e produtividade os quais se aplicam a todos os setores produtivos, inclusive em serviços públicos como a educação". Em suma, no ideário neoliberal fala-se de um *desenvolvimento humano*, porém a educação volta-se mesmo é para o mercado de trabalho. Em outros termos, no ideário neoliberal se gera uma nova articulação entre o conhecer e o fazer, ou seja, uma articulação no processo do trabalho que, por sua vez, tem apenas uma nova roupagem, mas a exploração do trabalho e o fetichismo da mercadoria permanecem sob a mesma lógica denunciada por Marx (1980) há quase dois séculos atrás.

Essa nova roupagem emerge após a segunda guerra mundial, quando o neoliberalismo deu impulso ao surgimento do *Toyotismo*, que defende: a flexibilidade; que se evite o desperdício; a formação de trabalhadores qualificados e polivalentes, a economia do tempo gasto na produção. Portanto, o sistema capitalista buscou um novo paradigma industrial baseado na especialização flexível oriundo do modelo japonês – o Toyotismo. Nesse, a produção em série e de massa, típica da grande indústria fordista, é substituída "pela flexibilização da produção [...], por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado" (ANTUNES, 1995, p. 16).

Esse novo paradigma produtivo procura afirmar "uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, estaria isenta da alienação [do estranhamento] do trabalho intrínseca à acumulação de base fordista" (ANTUNES, 1995, p. 17, acréscimo nosso). É assim que, sob a égide de uma atividade "criadora" e "livre", determina-se o trabalho cooperativo em "equipe", levando a uma rotatividade de tarefas, a um trabalhador "polivalente".

Se analisarmos a concretude do momento podemos perceber que, com o advento do Toyotismo e a intensificação do neoliberalismo na atual estruturação produtiva, "os direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção" (ANTUNES, 1995, p. 16). Dentre outros aspectos dessa eliminação, pode-se destacar: a intensificação da jornada de trabalho mediante a terceirização; a desqualificação do trabalhador mediante a polivalência; a insegurança dos direitos trabalhistas mediante a contratação de trabalhos temporários etc. No Brasil atual, esses direitos estão cada vez mais ameaçados, o que demonstra que o trabalho alienado (estranhado), analisado por Marx (1980, 1983), está presente na atualidade, ou seja, o trabalho enquanto criador de valor de troca – trabalho abstrato – continua sendo o princípio fundante da sociabilidade capitalista, agora com o amparo do neoliberalismo. Portanto, na atualidade, "as determinidades do trabalho abstrato se repõem sob novas formas [...], sob o véu de uma aparente democracia, o capital redescobre o princípio da subjetividade do trabalho, para fazer dele a maior fonte de exploração e alienação do trabalhador" (TEIXEIRA, 1995, p. 113).

Assim, o ideário da globalização, amparado pelo neoliberalismo, pode ser facilmente difundido, "é a globalização do trabalho, do dinheiro e do mercado" (AZEVEDO, 2000, p. 27), pois muitos postos de trabalho são extintos em função da racionalização dos processos produtivos, exigindo-se agora um trabalhador "polivalente" e de "qualidade". Tudo isso provoca não somente o desemprego, a desvalorização do trabalhador, como também se advoga a formação de um trabalhador para se adequar à economia de mercado, agora de modo global. Dessa forma, a função central da educação escolar seria preparar esse trabalhador com "qualidade" total, pois é importante que, como explica Miranda (2016), "a escola se atualize com relação às novas demandas de um sistema de produção marcado pela flexibilidade, multifuncionalidade e adaptabilidade do trabalhador [...]" (MIRANDA, 2016, p. 574).

Proclama-se o advento de uma *educação de qualidade* que, no Brasil, tem a sua manifestação a partir do governo Collor, nos anos de 1990. Desde então já há a defesa de uma educação de qualidade, porém, de forma fetichizada, num viés economicista e neoliberal, pois a escola, principalmente a rede pública, adquire a função de preparar para o mercado de trabalho, como observa Libâneo (2018) ao discorrer sobre os currículos com orientações de organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial e da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura):

A escola prevista nesse modelo visa à preparação imediata para o trabalho, habilidades para aplicação de conhecimentos, busca de resultados diretamente quantificáveis, métodos de ensino para transmissão e armazenamento de conteúdos, treinamento para responder a testes [...]. Trata-se de uma escola simplificada e aligeirada com bases em *conteúdos instrumentais*, visando *preparação dos pobres como força de trabalho* (LIBÂNEO, 2018, p. 55, grifo nosso).

Por meio da escola a ideologia neoliberal forja práticas educacionais de tal forma que se tornem subordinadas à economia de mercado. É assim que podemos falar, nessa etapa pós-fordista, de uma *pedagogia da qualidade total* onde estão presentes os termos

como: “professor polivalente”, “trabalho em equipe”, “flexibilidade”, “interdisciplinaridade” etc. A pedra angular dessa questão reside no fato de que o conceito de qualidade muitas vezes fica restrito a recursos metodológicos, provimento de instrumentos, práticas pedagógicas etc., porém, perdendo-se de vista o real sentido de educação e de formação.

A título de exemplo, temos as chamadas *Pedagogias Progressistas*, nas quais ocorrem os modismos do construtivismo, do não diretivismo, sem haver, portanto, uma preparação efetiva dos professores para a sua práxis docente. Nesse aspecto, evidencia-se uma das formas de alienação (estranhamento) da atividade docente na educação escolar que se manifesta de várias maneiras. Podemos citar alguns exemplos: as “famosas” dinâmicas justificadas como liberdade e criatividade no processo ensino-aprendizagem que, muitas vezes, são tomadas como fins da educação e não como meios; a não reprovação – mesmo que o aluno não demonstre aprendizagem –, sob o disfarce do respeito às diferenças individuais; a descentralização do ensino em relação ao papel do professor, levando educadores e educandos a um descompromisso com os conteúdos. Enfim, todo esse espontaneísmo que se torna a legitimação da ordem vigente e a forma como se empregam tantos outros princípios, geralmente oriundos do escolanovismo que é a expressão mais alta da pedagogia liberal e neoliberal no Brasil, estão relacionados, principalmente, a um ideário de educação, cuja preocupação é uma formação aligeirada para que se tenha mão de obra barata para o mercado de trabalho.

É preciso deixar claro que não somos contra novos métodos de qualquer prática pedagógica desde que elevem o aluno a uma real aprendizagem e favoreçam-lhe uma formação realmente humana, crítica e consciente, preparando-o para a cidadania, como prescreve a LDB de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira). O que não concordamos é com o uso arbitrário desses métodos, sem uma base teórica para empregá-los, tornando-os fins ao invés de meios para a aprendizagem do aluno, levando muitos docentes a um ativismo pedagógico, a um descompromisso no ensino e, conscientes ou não, com a convicção de que estão revolucionando a educação. Portanto, quando métodos novos são empregados arbitrariamente, sem uma teoria que os fundamente, isso reforça ainda mais o ideário neoliberal de formação, principalmente na escola pública, voltada para os menos favorecidos, na qual o real desenvolvimento humano e das capacidades intelectuais ficam em segundo plano, conforme comenta Libâneo (2018):

No projeto neoliberal para a educação das camadas pobres dos países periféricos, os aspectos pedagógico-didáticos ficam diluídos no currículo e nas formas de avaliação externa, perdendo-se as peculiaridades do ato educativo como a formação científica, o desenvolvimento intelectual e o desenvolvimento da personalidade. As escolas funcionam apenas para melhorar os índices educacionais, o processo de ensino-aprendizagem fica reduzido à transmissão de conteúdos das apostilas dos sistemas de ensino e dos pacotes pedagógicos e materiais didáticos [...] (LIBÂNEO, 2018, p. 58).

Portanto, a qualidade da educação voltada aparentemente para o desenvolvimento humano não deixa de ser um requisito das políticas neoliberais, cuja direção é atender a formação do trabalhador para uma economia de mercado globalizado. Nesse sentido, a escola pública deixa de ser uma instituição educacional voltada para a formação intelectual e humana para ser prioritariamente um instrumento de formação do trabalhador para a empregabilidade, para os objetivos econômicos e para a economia global de mercado. Tudo isso incide na atividade docente, na formação do aluno e na organização escolar. Eis que impera o trabalho alienado (estranhado) na atividade docente, tanto em relação ao professor enquanto trabalhador, que por sua vez é explorado e alienado no seu trabalho, como em relação as suas atividades pedagógicas no processo ensino-aprendizagem junto aos alunos. Mais uma vez remetemos ao pensamento de Marx (1980, 1983) e de Lukács (1981) em relação às suas concepções acerca da ontologia do trabalho no seu aspecto positivo, dimensão necessária e insuperável da vida humana, e no seu aspecto negativo, dimensão contingente e superável, na forma de trabalho alienado (estranhado) que faz decorrer outras formas de alienações (estranhamentos) nos complexos sociais, dentre eles, a educação escolar e a atividade docente, cujas consequências retroagem na formação do aluno e na sociedade como um todo.

PARA CONCLUIR

As nossas considerações permitem perceber que a gênese de todo o complexo social e, conseqüentemente, do complexo educacional está na categoria do trabalho e na forma como ele se manifesta em cada período histórico. No sistema capitalista, o mercado passa a constituir a base real, a partir de onde se fundam todas as relações jurídicas, políticas e sociais. Nesse contexto, as relações sociais nada mais são do que expressões de relações mercantis, predominando o interesse pelo lucro e, conseqüentemente, pelo caráter utilitário das coisas. O sistema de produção e de distribuição parece se autonomizar diante das pessoas, e os valores humanos são transformados em valores de troca, predominando o fetichismo da mercadoria e a reificação das relações humanas.

Esse fetichismo, essa relação entre as pessoas efetivadas sob a forma de relação entre coisas, é um fenômeno tanto da consciência como da existência social que passa a ser moldada pelo dinheiro e pelo poder. O dinheiro tem a função de permitir ao seu proprietário comprar e vender qualquer mercadoria, justificando os princípios da liberdade e igualdade. Enquanto fenômeno da consciência, o dinheiro aparece como sendo ele próprio a capacidade e a virtude humanas, ou seja, quem o possui é honrado, valente, belo etc. É essa a característica das relações sociais na sociedade capitalista: as pessoas só são reconhecidas na condição de proprietários de mercadorias. Tudo isso é conseqüência do trabalho alienado (estranhado), pois o trabalhador é explorado ao vender a sua mercadoria “força de trabalho” como outra qualquer.

Vimos que essa exploração se intensifica com o Toyotismo implementado pela ideologia neoliberal e a globalização do trabalho fazendo avançar a privatização dos setores sociais, promovendo o desemprego e desvalorizando cada vez mais o trabalhador.

Todos os pressupostos aqui envolvidos incorrem na educação escolar brasileira, que passa a ser instrumento de formação de mão de obra para atender as necessidades do mercado. Desse modo, o funcionamento das salas de aula passa a ser ditado pelos preceitos neoliberais, intensificando cada vez mais o dualismo da política educacional do nosso país.

Em contrapartida, é preciso que a escola tenha um papel transformador na sociedade, que o educador conheça e analise o mundo do trabalho em que está inserido, que perceba as mudanças e determinidades do processo produtivo e as relações sociais daí decorrentes, bem como o seu reflexo na educação escolar. Esse conhecimento certamente pode auxiliar caminhos para a busca de transformações, o que remete a um novo processo de formação dos homens, uma formação omnilateral que é o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas em prol dos homens, e não em prol das coisas e/ou de um poder dominante.

Artigo recebido em: 09/11/2019

Aprovado para publicação em: 15/01/2020

THE ONTOLOGY OF WORK: THE NEOLIBERAL PARADIGM AND ITS CONSEQUENCES ON SCHOOL EDUCATION

ABSTRACT: Taking as its premise the establishment of men's social life, Marx points out two ontological dimensions of work: the positive, as the constitutive base and necessary men's social life; and the negative, as contingent and surmountable since it refers to its alienated dimension, strangled, in the form of commodity fetishism, and which spreads through all social complexes, including school education. These considerations of Marx, later taken up by Lukács, can be seen today, and even more so in the face of neoliberal reforms linked to the process of globalization. Based on these considerations, this article aims to delineate the ontology of work in this double dimension, contrast that the neoliberal paradigm has its consequences not only in the work process, but also in the school education whose purpose becomes the training of the worker for the economy of market.

KEYWORDS: Ontology. Work. Neoliberalism. School Education.

ONTOLOGÍA DEL TRABAJO: EL PARADIGMA NEOLIBERAL Y SUS CONSECUENCIAS EN LA EDUCACIÓN ESCOLAR

RESUMEN: Tomando como premisa el establecimiento de la vida social de los hombres, Marx señala dos dimensiones ontológicas del trabajo: la positiva, como base necesaria y constitutiva de la vida social de los hombres; y lo negativo, como contingente y superable, ya que se refiere a su dimensión alienada y extraña, en forma de fetichismo mercantil, y que se extiende a través de todos los complejos sociales, incluida la educación escolar. Estas consideraciones de Marx, más tarde abordadas por Lukács, se pueden ver hoy, y aún más frente a las reformas neoliberales vinculadas

al proceso de globalización. En base a estas consideraciones, este artículo tiene como objetivo delinear la ontología del trabajo en esta doble dimensión, destacando que el paradigma neoliberal tiene sus consecuencias no solo en el proceso de trabajo, sino también en la educación escolar, cuyo propósito se convierte en la capacitación del trabajador para desempeñar sus tareas en una economía de mercado.

PALABRAS CLAVE: Ontología. Trabajo. Neoliberalismo. Educación.

NOTAS

1) O termo **reificação** é empregado “por alguns marxistas para designar o fenômeno pelo qual, na economia capitalista, o trabalho humano se torna simplesmente atributo de uma coisa [...]. A relação social entre os produtores se transforma em relação social das coisas, tendo existência fora dos próprios produtores” (ABBAGNANO, 1970, p. 808). Assim, “os produtos do trabalho tornam-se mercadorias, coisas suprassensíveis, isto é, sociais” (ABBAGNANO, 1970, p. 808). Tomando o próprio Marx (1980), podemos dizer que a reificação das relações humanas é decorrente do trabalho reificado, isto é, do trabalho na sua dimensão de criador de valor de troca, pois o seu caráter social se expressa predominantemente na troca tornando-se simplesmente atributo de uma coisa. Então a relação social entre os produtores se transforma em relação social das coisas e os seres humanos são tratados como coisas. Decorre disso a *reificação das relações humanas*. Em *O Capital*, Marx (1980) afirma que somente no capitalismo é que ocorre “a reificação das relações sociais, [...] o mundo encantado, distorcido e invertido, no qual o *senhor capital* [...] age como fantasma: como característica social e ao mesmo tempo como coisa”. (MARX, 1980, p. 943, grifo do autor).

2) De um modo geral, apesar de algumas especificidades de cada pensador, a tese sobre o **fim da centralidade do trabalho** na vida social dos homens estaria relacionada às grandes mudanças na economia, nos processos produtivos e nas novas tecnologias da informação e da comunicação. O argumento estaria relacionado às mudanças que provocaram uma ruptura dessa homogeneidade (centralidade) do trabalho, pois temos agora as diferentes formas de produção, as diferentes funções do trabalho, os diferentes setores de serviços, etc. Tudo isso aponta para o fim do trabalho como uma categoria central na sociedade dos homens. Para saber mais acerca dessa questão, ver as seguintes obras: **Trabalho & Sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho, de Claus Offe (1989); **A sociedade informática**, de Adam Schaff (1990); **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**, de Robert Kurz (1992).

3) Lukács (1981) afirma que o **pôr teleológico** inaugura o homem como ser social não apenas no âmbito do trabalho, ou seja, no ato da transformação da natureza pelo homem, mas também no âmbito da superestrutura, onde se geram relações interpessoais, escala de valores, concepções de mundo, formas de educação etc. Esse fato, segundo Lukács (1981), leva ao estabelecimento de dois tipos de teleologias: as *primárias*, que são voltadas para a transformação da natureza em objetos sociais, e as *secundárias*, que são voltadas para os homens entre si, persuadindo-os a agir de determinada maneira. Esse âmbito é o da superestrutura, onde se pode destacar complexos sociais como a ética, a ideologia, o direito, a política, a educação, etc. Lukács (1981, p. 60), afirma que não há dúvida de “que a práxis humana é um pôr teleológico”. Em outra passagem, ele observa que “a teleologia é uma categoria posta: todo *processo teleológico* implica numa *finalidade* e, portanto, numa *consciência* que estabelece um fim” (LUKÁCS, 1981, p. 20, grifo nosso). Tertulian (1996), comentando sobre a *Ontologia* de Lukács, afirma que o autor fixa “no pôr teleológico a célula geradora da vida social e na proliferação das *posições teleológicas* o seu conteúdo dinâmico. A vida social é constituída através dos atos finalísticos dos indivíduos” (Tertulian, 1996, p. 63, o grifo do autor).

4) **Fetichismo** aqui está relacionado com a seguinte definição: “A crença no poder sobrenatural ou mágico de certos objetos [...]; a atitude de quem considera animados os objetos materiais” (ABBAGNANO, 1970, p. 418). Marx (1980) afirma que *o fetichismo da mercadoria* decorre da sua manifestação como *valor de troca*, pois ela se torna uma coisa que engana e tem poder sobre os próprios homens.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Fetichismo e Reificação. In: **Dicionário de Filosofia**. Tradução Coordenada por Alfredo Bosi. 1ª ed., São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970, p. 417 a 418 e 808.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

AZEVEDO, José Clovis de. **Escola Cidadã: desafios, diálogos e travessias**. 1ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GOMES, M. P.; DUARTE, A. Desigualdade Social e o Direito à Educação no Brasil: reflexões a partir da reforma do ensino médio. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 44, n.1, p. 16-31, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v44i1.55708>. Acesso em: out. 2019.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

LIBANEO, José Carlos. Políticas Educacionais Neoliberais e Escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva. In: LIBANEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira (org.). **Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018. p. 45 a 88.

LUKÁCS, György. **Ontologia Dell'Essere Sociale**. A cura di Alberto Scarponi, 1ª edizione, Roma: Riuniti, 1981, Vol II* e Vol.II **.

MARX, Karl. **Il Capitale** – 5 vols. Traduzione di Delio Cantimori e Altri. 8ª edizione, Roma: Editori Riuniti, 1980.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. Tradução de Artur Mourão. 1ª ed., Lisboa: Edições 70, 1989.

MARX, Karl. **Manoscritti Economico-Filosofici del 1844**. Traduzione di Norberto Bobbio. Ottava Edizione, Torino: Giulio Einaudi editore, 1983a, 188p.

LOPES, F. M. N., SILVA FILHO, A. L. da

MIRANDA, Marília Gouvea. Crise na Educação: a retórica conservadora. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 567-579, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/700/707>. Acesso em: jul. 2019.

OFFE, Claus. **Trabalho & Sociedade**: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Manfredo. **Ética e Sociabilidade**. 1ª ed., São Paulo: Loyola, 1993, 290p.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**. 1ª ed., São Paulo: Editora Ensaio, 1995, 537p.

TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à Ontologia do ser social de Lukács. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 3, p. 54-69, 1996. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=3&numero_revista=3. Acesso em: jul. de 2019.

FÁTIMA MARIA NOBRE LOPES: Doutora em Educação, Mestre e Licenciada em Filosofia. Professora de Filosofia da FACED/UFC. Membro Permanente do PPG de Educação e de Filosofia da UFC. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Ontologia do Ser Social, Ética e Formação Humana – GEPOS, certificado pelo CNPq. Editora da Revista Educação em Debate da UFC.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4602-2443>

E-mail: fatimanobreufc@gmail.com

ADAUTO LOPES DA SILVA FILHO: Professor de Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e em Educação, ambos da UFC. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa: Teoria Crítica, Filosofia e Educação, certificado pelo CNPq desde 2009.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9061-840X>

E-mail: adautoufcfilosofia@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).